

---

# ARQUIVO PARADIGMÁTICO: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias

*Paradigmatic Archive: a reflection on the universal properties of Archival Institutions from the Arquivo  
General das Indias*

---

**Taiguara Villela Aldabalde (1), Rodrigo Lastra Cid (2)**

(1) Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, taiguara.aldabalde@ufes.br. (2) Universidade  
Federal do Amapá, Brasil, rodrigorlcid@unifap.br

## **Resumo:**

Este artigo objetiva apresentar as propriedades universais dos Arquivos, pensados como instituição arquivística, a partir de uma reflexão filosófica a priori, estabelecer fundamentos para determinar a gradação dessas propriedades – e seu nível máximo no Arquivo Paradigmático – e confirmar essas propriedades a partir das formas observadas no Arquivo Geral das Índias, que as exibe em certo grau. Com isso, almeja-se construir um modelo para os Arquivos, determinando como eles devem ser. A abordagem interdisciplinar, entre ontologia e arquivologia, foi adotada, integrando o método de reflexão filosófica aos procedimentos de pesquisa documental, com base em peças de fundos do Arquivo Geral das Índias, coleção pessoal de imagens fotográficas do autor e fontes. A discussão aborda aspectos de práticas, formas e funções, que indicam a essência dos Arquivos e seu caminho para a sua idealidade paradigmática. O Arquivo Geral das Índias é apresentado como um particular que exemplifica essas propriedades essenciais. Nossa conclusão é que há certas propriedades universais essenciais dos Arquivos, ou instituições arquivísticas, que são: a acessibilidade, a durabilidade e a praticabilidade. Somado a isso, o modelo proposto é aplicável para a institucionalização de Arquivos e também para a construção, as reformas, as implantações, a criação de novos espaços, as adaptações, as reestruturações em edifícios e usos institucionais dos espaços do Arquivo.

**Palavras-chave:** Arquivo; Ontologia; Modelo; Propriedades arquivísticas; Formas; Usos institucionais.

## **Abstract:**

This paper aims to present the universal properties of the Archives, thought of as an archival institution, based on a priori philosophical reflection, to establish fundamentals to determinate the graduation of these properties – and their maximum level, at the Paradigmatic Archive – and to confirm these properties

through the forms observed in the General Archive of the Indies, that displays them to some degree. With that, the aim is to build a model for the Archives, determining how they should be. The interdisciplinary approach, between ontology and archivology, was adopted, integrating the method of philosophical reflection with documentary research procedures, based on pieces of fonds from the General Archive of the Indies, collection of images of the author and sources. The discussion addresses aspects of practices, forms and functions, which indicate the essence of the Archives and their path towards their paradigmatic ideality. The General Archive of the Indies is presented as a particular example that exemplifies these essential properties. Our conclusion is that there are certain essential universal properties of Archives, or archival institutions, which are: accessibility, durability and practicality. In addition, the proposed model is applicable for the institutionalization of Archives and also for the construction, reforms, implantations, the creation of new spaces, adaptations, restructuring in buildings and institutional uses of the Archive.

**Keywords:** Archive; Ontology; Model; Archival properties; Forms; Institutional uses.

## 1 Introdução

---

*Construir un edificio ideal y por tanto "perfecto" (Alcaide 2005 p.65)*

As ciências parecem ser compatíveis com algum tipo de unidade com relação à verdade, sendo que essa unidade implica interdisciplinaridade. Isso se explica pela necessária consistência das verdades científicas sob a unidade da realidade. Se as ciências abordam todas da mesma realidade, logo elas têm de ser compatíveis. E, se essa realidade é um todo inter-relacionado, assim também tem de ser o conhecimento da realidade.

Deste modo as verdades sobre os objetos e as leis da Química são verdadeiras para a Biologia de modo que as verdades biológicas não podem contradizer as verdades químicas, pois as verdades biológicas e as verdades químicas referem-se à realidade dos fatos. Por isso, as verdades de uma ou outra ciência não podem ser inconscientes entre si, já que, supostamente, referem-se à mesma realidade.

Um exemplo disso, é que tanto as verdades da Química quanto da Biologia são aplicadas às instituições arquivísticas (ou Arquivos, com a letra inicial maiúscula), para a função arquivística da preservação. Usa-se a inicial maiúscula ao termo “Arquivo” como instituição, conforme Heredia Herrera (2008) em “[...] utilizar [“Arquivo”] para a instituição arquivística e [“arquivo”] para o objeto documental [...]” (Heredia Herrera 2008 p 44, tradução dos autores).

Assim, os laboratórios de conservação e restauro de documentos em Arquivos são lugares de aplicação de verdades interdisciplinares face às descobertas da Química e da Biologia com os

desenvolvimentos da Arquivologia e na disciplina denominada “Preservação Documental” (Beck 2006) alocada na Ciência da Informação (CI).

Logo, não é por acaso que a CI tem sido tradicionalmente delineada por meio da abordagem interdisciplinar, articulada por conhecimentos acerca dos Arquivos, Bibliotecas e Museus (Trant 2009). Exemplos que apoiam tal assertiva acham-se em trabalhos que podem ser encontrados no periódico intitulado “*Journal of Documentation*” (1945-até o presente). Além do histórico de publicações desse periódico, também apoiam esta assertiva os trabalhos de Aparac-Jelušić (2016), Araújo (2011), Trant (2009) e Venâncio (2017).

De acordo com Aparac-Jelušić (2016), o “The Convergence Paradigm” corresponde ao sentido de paradigma epistêmico, ou seja, uma base comum compartilhada pela comunidade científica no campo da teoria do conhecimento em CI. Para Araújo (2011), desde as décadas de 1940-1950, os arquivos, as bibliotecas e os museus constituem-se de serviços tradicionais ligados ao campo original dos chamados "cientistas da informação". Esses consolidaram a CI no plano internacional na década de 1960 e no Brasil a partir de 1970, sendo em ambos os casos, a CI definida como uma ciência interdisciplinar (Araújo 2011).

Segundo Venâncio (2017), a Arquivologia foi institucionalizada tardiamente na década de 1970, quando a Biblioteconomia e a Documentação já eram campos próximos à CI. Na década de 1990, passou-se a defender a Arquivologia como CI por portugueses e por canadenses. Para Trant (2009), dentre as concepções partilhadas em CI, encontra-se a ideia de que tais instituições são objetos a serem estudados pelos seguintes campos: *Archival Studies*, *Museology*, *Library and Information Science*.

Nesta acepção há entidades ontológicas que podem ser pensadas como objetos interdisciplinares entre a CI e a Arquivologia (*Archival Studies*), como, por exemplo, os conjuntos de documentos arquivísticos ou arquivos (*records*, *archives*, *archival manuscripts*, *archival computer files*), e os Arquivos (*Archives*) como entidades (Bellotto 2002), inclusive entidades da administração pública ou privada. Cabe destacar que no Brasil, a Arquivologia consta como uma subárea da CI na tabela das Áreas de Conhecimento da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, pretende-se refletir sobre o Arquivo como entidade ontológica conforme exposto a seguir.

## 2 Objetivo e objetos

---

Objetiva-se pensar o Arquivo Paradigmático (AP) como um paradigma ontológico, com exemplares materiais que instanciam as suas propriedades em menor grau. Em termos das dimensões do objeto, tal modelo busca representar a dimensão funcional (ao uso institucional) comum a todos os Arquivos, a fim de construir um paradigma necessário e suficiente para identificar um Arquivo como objeto, tendo possíveis exemplares, mais ou menos perfeitos ou imperfeitos no universo material (realidade dos fatos). Isso implica apreender as propriedades essenciais dos Arquivos e buscar uma noção adequada do mais perfeito dos Arquivos.

Para refletir sobre as propriedades essenciais universais dos Arquivos, precisa-se entrar na questão sobre o que são Arquivos, isto é, o que são as instituições arquivísticas? Qual é a sua natureza? Expressar a natureza de algo é expressar um conjunto de propriedades sem as quais aquele objeto não seria um objeto daquele tipo e as formas não podem ser desprezadas na identificação desta expressão.

A título de exemplo da lógica aqui empregada, pode-se dizer que a essência do objeto “progenitora”, leva a apresentar certas propriedades sem as quais algo não seria uma progenitora, como, por exemplo, ser o fato de ser fêmea e de ter filhote(s). Se não é do sexo feminino com as respectivas formas biológicas de sua espécie ou não tem filhotes, esse animal não é uma progenitora, pois não possui as propriedades essenciais do tipo natural mãe que têm a característica de serem universais (*universals*). Isso quer dizer que a propriedade de ser progenitora, tal como as propriedades que a compõem (ser fêmea e ter filho), são propriedades exemplificáveis por mais de um indivíduo, isto é, várias fêmeas têm as mesmas propriedades que permitem identificá-las ontologicamente como progenitoras ou mães biológicas.

Da mesma maneira ocorre com os Arquivos. Uma entidade particular, para ser um Arquivo, tem de ter certas propriedades, sem as quais não seria um Arquivo. Um Arquivo particular é um Arquivo, por exemplificar ou instanciar as propriedades universais que compõem

o tipo universal, não natural, Arquivo. Como essas propriedades essenciais existem em gradações, podemos derivar delas o Arquivo ideal, o Arquivo Paradigmático, ou o Arquivo dos Arquivos, que teria essas propriedades em máximo grau.

Isso posto, aborda-se o problema da natureza dos Arquivos (*Archives*) ontologicamente. Quando se pergunta sobre a natureza de algo, questiona-se sobre quais são as propriedades essenciais desse algo. Desse modo, indaga-se sobre quais são as propriedades essenciais das instituições arquivísticas, com a intenção de, ao responder, produzir, conceitualmente, um modelo de como devem ser os Arquivos, um modelo de Arquivo Paradigmático (modelo AP) sendo tal modelo uma representação que permite comparar um Arquivo ao seu paradigma ideal e que sirva ao equacionamento de performance (avaliação institucional), da estrutura, à reforma, à construção, à implantação de Arquivos, dentre outros usos institucionais possíveis.

O AP é justamente aquele que reúne em mais alto grau ou nível máximo todas as propriedades compartilhadas pelos Arquivos particulares, assim é um Arquivo ideal, que possa servir de modelo e de referência (ou seja, um paradigma) para todos os Arquivos reais. Embora o conceito de paradigma possa, logicamente, se desassociar do conceito de excelência, este é utilizado aqui conforme a noção acima exposta, que toma o AP como um paradigma perfeito.

Como supostamente existem coisas das mais diversas naturezas (radiação eletromagnética dos átomos de carbono 14, microestruturas polifásicas, moléculas de lignina, tipos de instituições arquivísticas, etc.), postuladas pelas diferentes disciplinas científicas (como, respectivamente, a Física, a Ciência dos Materiais, a Química, a Arquivologia, etc.), há também a ontologia de cada uma dessas disciplinas. As respectivas ontologias investigam como se deve compreender a existência, que tipos de entidades cada disciplina deve postular como existente, quais são suas propriedades mais básicas e essenciais, e qual a sua categorização mais fundamental.

Consequentemente, para desenvolver o problema da natureza dos Arquivos (*Archives*) como objeto da Ciência Arquivística (*Archival Science*), é preciso investigar ontologicamente tais entidades e buscar confirmação delas nos dados empíricos. Supostamente, pode-se encontrar implicações empíricas dessas propriedades arquivísticas, universais e essenciais, de modo que se

pode encontra delas a confirmação nas formas dos Arquivos. As formas são aqui consideradas a dimensão física perceptível que reflete a dimensão funcional destas instituições.

Essa seria uma investigação em Ontologia dos Arquivos, pois busca-se encontrar a essência, a natureza, de uma certa categoria fundamental para a Arquivologia, pois sem Arquivos, não há Arquivologia. Os Arquivos são entidades fundamentais dessa disciplina e busca-se apreender as propriedades que constituem condições necessárias e suficientes para algo ser um Arquivo.

O objeto empírico ao qual se recorre é o *Archivo General de Indias* (AGI), principalmente em sua antiga sede, na qual se alocam espaços de mediação cultural. Pretende-se utilizar esse exemplo como um confirmador das propriedades entendidas como essenciais, a partir de sua estrutura e de suas formas estéticas ou sensoriais (formas arquitetônicas, decorativas, dinâmicas, etc.). Assim, o AGI não é o modelo, mas apenas um referencial empírico possível, a ser observado para fins confirmatórios das propriedades essenciais de um Arquivo.

Com relação às formas estéticas (sensíveis), dizemos que elas expressam propriedades universais, pois elas são um indício de o que subjaz e que permite aquela manifestação fenomênica. Por exemplo, a cor de uma certa flor é um indício de que há uma propriedade de refração da luz solar de um certo modo. O gosto salgado de certos alimentos é um indício de que o produto tem sódio. A organização de livros no quarto de um apartamento de uma pessoa por Classificação Universal Decimal (CDD) é um indício de que se tem a propriedade de ser uma biblioteca pessoal. Assim, a partir das formas sensíveis do AGI, poderemos ter indícios de suas propriedades universais e confirmação das propriedades essenciais dos Arquivos, que se supõe, por hipótese, que o AGI – tal como qualquer Arquivo – possui.

A relevância prática dessa pesquisa – para além da relevância teórica de fazer conhecer o que é um Arquivo essencialmente e como seria o melhor dos Arquivos – é justamente desenvolver um paradigma ou modelo para realizações práticas e/ou intervenções em Arquivos a fim de os reestruturar ou construir nas suas ambiências urbanas e digitais.

A relevância de pensar as instituições arquivísticas no rol da ontologia é justamente obter clareza conceitual na resposta à pergunta sobre o que são os Arquivos (as instituições

arquivísticas), tendo em vista os beneficiados pelos usos institucionais ou usufruto dos documentos e do espaço institucional de um Arquivo, como os usuários e os públicos, indicando, por exemplo, se é (ou não) a própria existência do Arquivo que possibilita tais usos/usufrutos.

Busca-se iniciar a modelagem de um protótipo universal para os Arquivos, aplicável em políticas públicas do patrimônio, no âmbito do governo eletrônico e nas políticas informacionais abrangendo práticas como intervir, estruturar, elaborar políticas, estabelecer metas, recuperar estruturas, aferir o desempenho funcional de instituições de custódia já edificadas (ou a serem construídas).

A ideia é iniciar um programa de pesquisa sobre a natureza dos Arquivos, que intenciona construir, em última instância, um modelo completo de como os Arquivos devem ser – o modelo AP – com suas condições necessárias e suficientes, com aprimoramentos práticos e conceituais progressivos, a partir das gradações das propriedades essenciais, que podem ser mais refinadas, com o desenvolvimento desse programa. Assim, o modelo aqui proposto não é completo, mas antes um início de programa para a Ontologia dos Arquivos na comunidade acadêmica de língua portuguesa (países lusófonos).

Toda Ontologia propõe uma categorização e definição de propriedades essenciais para o seu objeto de estudo (Figueiredo 2017). A Ontologia dos Arquivos propõe o mesmo e seu objeto de estudo são os Arquivos. Neste texto, pergunta-se sobre as instituições arquivísticas, os Arquivos (com “A” capitular), portanto não sobre a natureza dos documentos (arquivos, com minúscula) que os Arquivos custodiam. Uma ontologia completa da Arquivística deve também explicar o que são os arquivos e qual é a relação entre os arquivos e os Arquivos: se é ela uma relação necessária ou contingente, se é uma relação de constituição ou ainda, se é uma relação funcional, entre outras questões.

Tal proposta é nova, pois propõe um estudo com base na Ontologia, considerando os Arquivos como objetos universalmente conhecíveis. Embora seja uma proposta nova, vale salientar que o termo “*paradigmatic archive*”, encontra-se em Valenti (2016), Bothe (2016), Carlin and Vaughan (2016), com sentido do que seja conceito próximo ao entendimento deste

trabalho. A ontologia aplicada aos documentos arquivísticos tem sido abordada tendo em vista os requisitos técnicos oficiais para os sistemas de gestão de documentos e Arquivos.

Valenti (2016) trata dos Arquivos como instituições designadas pelo Estado, a fim de sucederem o encadeamento dos documentos arquivísticos, apontando que o Arquivo é o ente e a forma concreta do fenômeno arquivístico na civilização ocidental. Nessa abordagem, Valenti (2016) se fundamenta em obras como “*I grandi Archivi degli Stati regionali tedeschi fino al 1815*” de Adolf Brennecke (1875-1946), para, a partir da história dos Arquivos, alcançar o conhecimento das categorias e das leis que regem o seu desenvolvimento. O autor distingue o arquivo como documentação e o Arquivo como entidade, e ele não se propõe a pensar um Arquivo Paradigmático, sendo esta uma concepção original a ser desenvolvida neste trabalho.

Em Bothe (2016) encontra-se o reconhecimento de que o Arquivo fundado por Steven Spielberg em 1994, o Arquivo do Instituto de História Visual e Educação da Fundação Shoah (Sobreviventes Holocausto Nazista) é paradigmático. Para Carlin and Vaughan (2016), o dito “*paradigmatic archive*” é um modelo de instituição (um modelo de Arquivo), sendo tal modelo institucional consolidado no contexto dos Estados-nação (a partir do século XVIII) como uma fortaleza urbana, cujo exemplar é o Arquivo Nacional da França. É notável que o AGI tenha sido institucionalizado no mesmo período vide as chamadas “*Ordenanzas para el Archivo General de Indias*” de 1790 assinadas em janeiro por Carlos IV (1748-1819) e Antonio Porlier (1722-1813).

Nesse sentido, a Ontologia dos Arquivos pesquisa quais são as entidades que devem ser postuladas como existentes por agentes do patrimônio (arquivistas, museólogos, arqueólogos, cientistas sociais, antropólogos, profissionais da informação, etc.), qual a sua natureza e como elas se relacionam, indicando qual a sua função teórica e/ou prática. Entende-se como o paradigma como um paradigma ontológico no qual os tipos ideais servem para distinguir se um objeto é o que é (e não outra coisa) e também para referenciar a perfeição do particular com relação ao ideal. Neste caso, a ideia de paradigma corresponde ao paradigma com base em propriedades universais, relacionada à coisa Arquivo (objeto particular).

### **3 Método, percurso e material**

---

Adotou-se a reflexão filosófica, a priori, sobre as questões apresentadas, somada à pesquisa observacional e documental como procedimentos investigativos, no contexto de um estudo programado da pesquisa intitulada "O valor estético dos Arquivos: um estudo de identificação aos usos possíveis" – a partir de uma investigação empírica realizada no AGI. Realizou-se a coleta de dados nos dois prédios do AGI (isto é, *La Lonja* e *La Cilla*), incluindo a captura de imagens no primeiro e a consulta aos itens documentais dos fundos no segundo.

Deste modo, busca-se determinar a priori a essência das instituições arquivísticas e confirmar tais propriedades no AGI, com base em suas formas, somadas as diversas perspectivas (histórica, arquitetônica, ética, estética e procedimental). Essa confirmação empírica tem a finalidade de adequação da teoria para com a realidade e pode futuramente ser realizada com outros exemplares do AP.

Neste trajeto investigativo, um acervo particular de registros fotográficos foi constituído. Isso ocorreu a partir da técnica de fotografar, buscando registrar as formas estéticas no interior e no exterior da sede da instituição (edifício *La Lonja*). Aponta-se que neste caso não se trata somente da captura visual das formas, mas também do aspecto confirmatório das formas estéticas como expressões das propriedades universais dos Arquivos, que seriam condições necessárias e suficientes para a existência de qualquer Arquivo.

O modo pelo qual as formas se apresentam como propriedades segue a instanciação, isto é, a relação ontológica formal em que as propriedades universais mantêm um vínculo indissociável com os seus respectivos particulares. Assim as formas não estão separadas dos objetos particulares, mas possuem neles próprios as mesmas propriedades. Logo, cada Arquivo é uma instância das propriedades universais justamente por compartilhar as propriedades comuns a todos os Arquivos particulares. Deste modo as formas estão essencialmente ligadas aos Arquivos, como formas que expressam (ou dão indício de) suas propriedades essenciais.

Para além dos registros fotográficos do AGI, buscou-se a base em fontes tais como Gracy, et al. (2000), Alcaide (2005), Meneses (2010) e o *memoir* de A. Gonzalvo e F. Gonzalvo (1977). Essa memória da década de 1970 é um material raro e de difícil acesso, pois, para ser

usado e folheado, deve contar com a intermediação de arquivistas. O documento possui sete páginas datiloscritas e seis plantas de 31 centímetros. Segundo a arquivista, trata-se de um exemplar único, sob proteção do AGI, sendo vedada qualquer tipo de reprodução (isto é, não se permite registrar por foto de aparelho celular, ou, encomendar qualquer tipo de reprografia, inclusive digital).

Cabe apontar que esse material é um datiloscrito que pode ser classificado como um documento de arquivo, pois é um relatório de atividades de pesquisa. Esta peça é acessível apenas presencialmente, mediante credenciamento e protocolos de segurança. Assim, facultou-se a anotação em folhas pequenas de tamanho A5 ou inferior. Todas as plantas são de difícil apropriação, de modo que é desafiador extrair seus dados formais. Para tanto, é preciso dominar desenho técnico, arquitetura, geometria, matemática, dentre outros conhecimentos. Na falta da totalidade dos conhecimentos, foi possível tomar notas e registrar graficamente com lápis os contornos das referidas plantas.

#### **4 Uma reflexão sobre o Arquivo Paradigmático, as propriedades arquivísticas e o Arquivo Geral das Índias**

---

Para iniciar a reflexão sobre o AP como um Arquivo-modelo, a partir das propriedades essenciais arquivísticas que são universais, é cabível apontar que as formas seguem as funções de uma instituição arquivística, nomeadamente: aquisição, produção, arranjo, descrição, comunicação, difusão, gestão documental, preservação, conservação, restauração, mediação cultural e da informação. Couture, et al. (2011) organizam tais funções de forma pragmática considerando a Arquivística como disciplina na qual os Arquivos são objetos e lugares de práxis.

Neste sentido, os autores apontam que as funções arquivísticas são estudadas na perspectiva de que devem responder adequadamente às demandas necessárias administrativas, culturais e científicas da sociedade. O estudo destas funções fundamenta as atividades finalísticas e funcionais dos Arquivos de maneira que determinados tópicos abordados na obra dos canadenses são parte fundamental do que é possível entender como as funções alocadas ao Arquivo Paradigmático. Também é relevante destacar que, apesar de não explicitar a existência

de um Arquivo Paradigmático, as funções arquivísticas podem delinear como um Arquivo deve funcionar, conseqüentemente como deve ser, permitindo, ao menos, abstrair as propriedades mais gerais que essas funções implicam.

Partindo do pressuposto de que a forma segue a função, e, portanto, de que as configurações físicas das instituições existem para realizar suas funções. Gracy, et al. (2000) apontam que os edifícios de Arquivo (*archival buildings*) vêm seguindo alguns padrões mínimos, ao longo da história. Gracy, et al. (2000) pontuam que nos últimos dois séculos, os Arquivos foram planejados e desenhados de acordo com mindsets compartilhados por arquitetos, arquivistas e comunidades da época.

É no campo das ideias e das mentalidades que pensar a concepção de um modelo ou Arquivo-ideal se insere. Um dos autores, o chefe da Academia de Arquivistas Certificados David B. Gracy II, capturou imagens de Arquivos por meio de câmera fotográfica. Para Gracy, et al. (2000), as fotografias permitiram pensar sobre o que os autores designaram por “essence”, a essência das estruturas relativas às instituições arquivísticas. Com isso os autores buscaram relacionar conceitos com registros fotográficos de Arquivos dos seguintes países: Brasil, China, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Rússia. Dado isso, busca-se realizar um trabalho semelhante.

Na planta número três do *memoir* de A. Gonzalvo e F. Gonzalvo (1977) é possível observar os contornos do prédio arquivístico (*archival building*) em formas de duas dimensões ou bidimensionais (2D). Essas dimensões sugerem que a estética não significa fragilidade e pode subsistir. As formas da estrutura física do prédio são indícios diretos da propriedade durabilidade (*durability*). Isso porque o prédio foi construído a fim de suportar uma duração ampliada de tempo e uma manutenção e uma ampliação de espaço, tendo em vista a permanência e o aumento da documentação arquivística acumulada – vide que o armazenamento é uma operação elementar das funções de arranjo e gestão de documentos. Se se buscar uma forma que expresse a durabilidade é possível encontrar no prédio do AGI, aspectos de proteção contra intempéries ambientais (proteção contra chuva, ventos fortes, luz solar, enchentes, entre outras ocorrências possíveis).

Aliás, a estrutura predial, cuja forma pôde ser capturada por registro fotográfico do Arquivo, expressa a durabilidade, certificadamente por ter permanecido por 436 anos entre a Catedral de Sevilha, com 848 anos, e o palacete real (*Real Alcázar de Sevilla*), cujas primeiras fortificações datam de 1.110 anos atrás. Esta estrutura predial não sucumbiu ao tempo e tem persistido, pois nela se encontra durabilidade.

Um Arquivo que fosse efêmero, facilmente destruído pelo desgaste natural, por fenômenos naturais, e por fenômenos sociais não seria propriamente um Arquivo. Se os arquivos (documentos arquivísticos) fossem depositados na areia da praia, de modo que qualquer vento os desorganize ou os destrua, então um Arquivo não foi construído. Se algo é um Arquivo, então possui uma certa durabilidade, que se expressa como uma resistência ao desgaste natural, aos fenômenos naturais e aos fenômenos sociais, de acordo com o grau da durabilidade.

O Arquivo Paradigmático possui a durabilidade máxima, isto é, até onde permitir a segunda lei da termodinâmica (vide a chamada “morte térmica do universo”). Essa durabilidade implica a proteção contra qualquer tipo de fenômeno que poderia tornar a instituição efêmera. Isso requer ao menos as seguintes múltiplas proteções dispostas a seguir:

P1) Proteção física e ambiental: considerando os fenômenos do mundo natural como chuva, raios, fogo, tornados, erosão, danos causados por agentes biológicos (animais, fungos e outros), terremotos, maremotos, inundações, ondas de calor e eventos climáticos destrutivos, dentre outros; P2) Proteção contra ação humana: manutenção das instalações elétricas e tubulações, sistema de segurança, conflitos, guerras, vandalismo, uso de armas ou agentes mecânicos, químicos e biológicas; P3) Proteção legal: normas internas, um marco legal para a autoridade arquivística com seus poderes e deveres incluindo penalidades previstas em termos de Direito Administrativo; P4) Proteção política: instituição permanente do Estado independente de governos; P5) Proteção econômica: garantia econômica de manutenção das atividades, seja por meio de autofinanciamento ou de fundos próprios (autonomia tal como uma autarquia no direito administrativo brasileiro), em diferentes graus.

Além disso, a durabilidade do Arquivo implica que os arquivos também têm de ser duráveis; o que, por sua vez, implica que o Arquivo deve ter as melhores condições de

armazenamento e acondicionamento, que permitam a durabilidade máxima dos arquivos custodiados. A qualidade do armazenamento e acondicionamento se refere tanto à relação entre espaço e quantidade de material custodiado – o ideal seria ter a maior quantidade de material custodiado possível na menor quantidade de espaço – quanto à preservação dos documentos arquivísticos; o que implica condições internas e externas do Arquivo de manter seus arquivos.

O armazenamento de documentos em formatos eletrônicos ou dependentes de tecnologias também deve ser algo a ser abarcado tanto nas atuais tecnologias digitais quanto na promissora possibilidade de computadores quânticos; o que já está sendo um fator de aprimoramento da durabilidade dos arquivos e, conseqüentemente, da propriedade da durabilidade da própria instituição arquivística.

A proteção ou custódia legal é diretamente ligada à ideia que deve existir uma instituição permanente. Um exemplar do AP deve ser criado a ser tal instituição, pois o material que custodia, ou os fundos de Arquivo, são objetos a serem preservados ao máximo possível no tempo, *ad aeternum*. Assim, um Arquivo é um Arquivo se é o oposto do efêmero ou daquilo que é passageiro. Um Arquivo é uma construção institucional, portanto social; mas não somente, pois é também uma obra de engenharia técnica, sendo edificado para prevalecer na luta contra o tempo e para se manter firme em sua projeção no futuro.

Quão mais durável for um Arquivo, menos efêmero, e mais próximo se encontra do Arquivo Paradigmático. Não é por acaso que o maior Arquivo de genealogia do mundo, o *Mormon Genealogical Archives*, está abrigado em um bunker em *Salt Lake City*. Se esses Arquivos não perdurarem, não serão úteis para as finalidades que deles se espera. Conforme exposto, um Arquivo não poder ser um Arquivo, sem uma estrutura que possa abrigar os arquivos de forma durável no espaço e no tempo.

Um Arquivo deve se manter ou perdurar, sem ser destruído ou sofrer danos comprometedores, sob pena de não cumprir a custódia, a sua razão de ser, deixando de transmitir aquilo que deve ser transmitido. Pode-se notar claramente essa propriedade nas formas do AGI, mas também se nota que o AGI ainda não tem a perfeição da durabilidade, pois ainda está suscetível à destruição por fenômenos humanos e sociais.

Assim, o AGI não é o modelo, mas um referencial empírico, observado para fins confirmatórios das propriedades essenciais de um Arquivo, mas não um exemplar perfeito do Arquivo Paradigmático. Provavelmente nenhum Arquivo é um exemplar perfeito do Arquivo Paradigmático. O Arquivo Paradigmático, tal como a própria perfeição, são ideais que devemos seguir, ao aprimoramento, mas que costumam ser praticamente inalcançáveis.

Ao retornar ao *memoir* de A. Gonzalvo e F. Gonzalvo (1977) e somado ao mesmo a observação das fotografias da área interna do AGI (capturas pela autoria), verifica-se a forma representada em duas dimensões na planta número dois, que corresponde à escadaria monumental do AGI. Tal forma é projetada para a função de prover acesso e de conduzir os usuários por uma via de mão dupla, que permite ao AGI ser acessível. Portanto, acha-se na escadaria do AGI um indício de uma segunda propriedade essencial de qualquer Arquivo, que é a sua acessibilidade (*accessibility*).

A escada é uma estrutura no interior da construção que cumpre a função de ser o meio e mediador o fluxo de público, pela ascensão e descensão do primeiro ao segundo andar (e vice-versa) do prédio do AGI, onde ocorre sua exposição ao público, num espaço permanente para tal prática de mediação cultural.

Pode ser dito que é próprio da natureza dos Arquivos serem essencialmente acessíveis no tempo e no espaço, independentemente de sua frequência e dos números de usos, de usuários e públicos. Se um Arquivo não é acessível nem às pessoas autorizadas, então não é propriamente um Arquivo, pois todo Arquivo serve para uso, devendo estar acessível. Assim, a propriedade da acessibilidade indica que um Arquivo e suas partes têm de ser acessíveis às pessoas autorizadas e inacessíveis às pessoas não autorizadas. A acessibilidade também compreende muitos graus e envolve maior ou menor grau de facilidade ou de dificuldade nesse acesso. Quão mais fácil o acesso dos arquivos às pessoas autorizadas, mais perto da perfeição está o Arquivo.

Essa facilidade abarca equipamentos para pessoas com deficiência e estrangeiros autorizados, acesso digital, mediação cultural, mediação da informação (por pessoas e por inteligência artificial), facilidades para encontrar documentos, recuperar informações e entender aquilo que é procurado no Arquivo. A mediação cultural significa democratizar o Arquivo e é

relevante, pois o cidadão só usufrui do que pode ser apropriado e usufruído. Deste modo, práticas de mediação cultural podem aproximar os usuários e públicos de modo que podem desocultar o Arquivo e torná-lo significativo aos que não possuem noções sobre esta instituição.

Com relação a dificultar o acesso às pessoas não autorizadas, essa parte da acessibilidade chega mais perto da perfeição quão melhores forem os mecanismos de controle de entrada e uso do Arquivo. Um controle baixo pode ser violado por questões mecânicas ou eletrônicas, o médio por ações humanas e o alto apenas por ações humanas conjugadas com ataques cibernéticos. Um suposto Arquivo inacessível às pessoas autorizadas não é, de fato, um Arquivo, mas apenas um amontoado de documentos num cofre que ninguém tem a chave ao acesso. E um Arquivo que não protege seus arquivos das pessoas não autorizadas não serve para custodiar o material devido, pois não realiza a custódia como proteção.

Aliás, a *raison d'être* dos Arquivos é manter o material de arquivo sob proteção legal, facilitar o acesso a ele às pessoas autorizadas e dificultar o acesso a ele no caso de pessoas não-autorizadas ou não-credenciadas. Isso pode ser válido também ao passado do AGI, pois os usuários do Arquivo, e, por conseguinte, das escadarias do Arquivo, tratavam-se de dignitários de altos títulos sujeitos de confiança dos altos escalões dos negócios da coroa espanhola.

Vale lembrar que os Arquivos privados de famílias nobres ainda possuem caráter privado sendo bastante restritivos para com o acesso até mesmo a uma elite de pesquisadores (Rosa 2012). No que diz respeito ao AGI, os seus primórdios estão entre o público e o privado, remontam ao ano de 1503, quando funcionava o Arquivo de administração nos negócios estatais ligada aos interesses da família real. O Arquivo do *Real Alcazar de Sevilla* é embrião do AGI localizando-se dentro das muralhas medievais do castelo. As práticas arquivísticas eram gestadas pelo Almirantado da Casa de Contratação. Portanto, tal instituição primordial que origina o AGI nasceu para atender aos arquivos da família real (Rosa 2012) e particularmente as demandas da Casa de Contratação das Índias fundada em 1503 por Álvaro de Bragança (1440-1504).

Dado isso, as formas inscritas na escadaria refletem a magnificência dos símbolos e do brasão correspondente ao status da realeza e a missão imperial. A forma da escada é distintiva e manifesta patentemente, o domínio, o privilégio de poder subir, ou, ascender aos degraus do

espaço do AGI. Ao mesmo tempo em que a escada expressa acessibilidade, ela também expressa certa inacessibilidade, sendo expressão dessa acessibilidade controlada.

Não é desconhecido que o acesso na maior parte da existência do AGI, ou seja, no período de 1790 e até 1975, era reservado a uma alta elite da Espanha. Neste contexto, o AGI era senão um recurso indispensável para a inteligência estratégica do Império ou do Estado-Nação autoritário; e, por meio das escadas, os sujeitos poderiam usufruir do espaço para agir e tomar decisões de sucesso ou fracasso com relação aos empreendimentos dos governos espanhóis.

Atualmente, o acesso pode ser associado com a abertura democrática da Espanha, ocorrida a partir de 1976-1977; portanto, a mediação como democratização é relativamente nova. No período antidemocrático, apenas a escada era posta em uso, sem nenhuma adaptação para pessoas com deficiência (PcD). Atualmente, já temos um aprimoramento na acessibilidade do AGI, uma aproximação sua com relação ao Arquivo Paradigmático.

Deste modo identifica-se a forma estética da escadaria enquanto a forma manifestada em aspectos físicos perceptíveis de um dispositivo de entrada, circulação, apropriação e saída a qual espelha a propriedade arquivística essencial dos Arquivos a acessibilidade; todavia, pela cobertura parcial de acesso à PcD, o AGI não possui uma plena acessibilidade quanto a esse aspecto.

Ao compararmos o AGI com o Arquivo Paradigmático, percebe-se que é preciso que a entrada ou dispositivo para liberar ou bloquear o acesso não deva ser restrito por uma escada, pois tem de ser acessível também ao caso de PcD, (há um elevador disponível para tanto no AGI), mas tem também de ser acessível a pessoas cegas (não há adoção de Braille) e surdas, que são, para Arquivos públicos, pessoas que, a princípio, têm acesso liberado. Assim, o AGI parece estar no caminho para desenvolver e aprimorar sua propriedade da acessibilidade.

O acesso inclusivo levaria em conta todos os equipamentos e o pessoal para todos os tipos de deficiência congênita, adquirida ou socialmente imposta (pela miséria ou pobreza). O acesso com mediação implicaria nas modalidades de mediação aplicáveis (mediação da informação, mediação cultural, mediação do conhecimento, mediação digital, entre outras). A mediação da informação pode ser complementada com inteligência artificial. No que se refere a

mediação cultural, inclui-se o uso democrático do espaço (democracia cultural e democratização cultural) e pessoal preparado para mediar (profissionais de arquivo, da educação, das artes, da comunicação, do design, dentre outros profissionais mediadores).

O Arquivo Paradigmático possui acesso facilitado em máximo grau para as pessoas autorizadas e acesso controlado ou dificultado em grau máximo para as pessoas não autorizadas. O acesso facilitado básico corresponde ao entrar e sair (implicando em outras ações, ir-e-vir, abrir-e-fechar, subir-e-descer, dentre outras). O acesso facilitado ativo consiste em mecanismos mais amigáveis com interação considerando os iniciantes, o módulo “primeira visita” ou “primeira pesquisa” e as variáveis dos usos dos espaços dos Arquivos.

Já o acesso controlado respeitaria as credenciais de acesso conforme a legislação de documentos ostensivos e sigilosos, além de um adicional para proteção dos originais e áreas técnicas. Para tanto, cabe um sistema de segurança que proteja o AP de toda e qualquer violação.

Ao AP estima-se que a entrada também não pode requerer o emprego da força física ou intelectual, pois não pode discriminar as possíveis limitações por senilidade, dentre outras condições. Desse modo, a automatização junto a um sistema tecnológico pode vir a identificar as pessoas e seus níveis de acesso (exemplos: biometria, travas de segurança, etc.) facilitando o acesso ao credenciados, em sua máxima potência, quando autorizado.

A execução da acessibilidade requer formas que não apenas são facilitadoras, mas convidativas/amigáveis aos objetivos de usuários e dos públicos. Nesse ponto a tal propriedade pode ser entendida também com convergência em relação à usabilidade (*usability*) e a publicidade (*publicity*), isto é, um Arquivo com tal propriedade preservada significa que pode ser utilizável (disponível apropriadamente) e algo público (não é incontornavelmente estatal muito embora o Estado Democrático de Direito seja institucionalmente mais adequado para tanto, mas sobretudo aberto ao público). Tais relações são atribuíveis também para a ambiência digital dos Arquivos. Quão mais fácil for esse acesso, dadas constantes as outras condições (*ceteris paribus*), maior o grau de acessibilidade.

Entende-se por usabilidade a melhor disposição ao que seja necessário (lugares físicos ou interfaces) para fazer uso ou usufruto tanto aos espaços institucionais do Arquivo em diversas

ambiências quanto ao material de custódia. A publicidade é entendida como abertura máxima dos espaços institucionais do Arquivo para a sociedade, sem ferir as leis que protegem as imagens das pessoas e sem prejudicar a instituição. Portanto, trata-se de tornar público ou publicizar o acesso ao uso ou usufruto/fruição e participação no planejamento das atividades do Arquivo.

Cabe apontar que o AGI é um Arquivo público, e o ingresso, gratuito. Dentre os espaços monumentais da zona que se localiza, é a única instituição com gratuidade ampla e irrestrita, sendo a gratuidade (*free access*) algo relevante para a acessibilidade. Segundo a atual classificação, pode-se dividir os Arquivos em duas categorias, a saber: os Arquivos públicos e os Arquivos privados. A publicidade estaria mais ligada com a abertura para todos os usuários e os públicos dos que com as características dos Arquivos públicos. A falta de regulamentação sobre as obrigações dos Arquivos privados de pessoas jurídicas pode facilitar práticas ilegais como a queima de arquivos de crimes não incomuns, por exemplo, o chamado “Caixa 2”, ligado com a sonegação e a propina. Uma política de combate à corrupção deve incluir os Arquivos públicos e privados, pois estes são os detentores das provas jurídico-administrativas dos agentes públicos ou da iniciativa privada.

Desta maneira, trata-se de uma propriedade não apenas ligada ao ato de facilitar, mas tornar o acesso convidativo. Isso implica que o AP deve operar com um sistema de mediação cultural e da informação tanto aos documentos quanto às próprias funcionalidades do Arquivo. Nos dias de hoje, o melhor desses sistemas pode ser complementado com uma inteligência artificial sofisticada o suficiente para apresentar os documentos, responder questões sobre os mesmos e informar sobre os detalhes do funcionamento da instituição arquivística, aliada à mediação por especialistas humanos. O pior nível de facilitação seria essa informação não estar mediada ou estar mediada por um humano não especialista. Em termos práticos, os Arquivos devem realizar a acessibilidade em aproximação ao AP.

Nesse contexto institucional, no AGI há abertura para explorações ou usos restritamente com bases nos valores cognitivos dos bens culturais (Meneses 2010) ou patrimônio documental arquivístico, fechando todas as demais possibilidades sobre os usos com base em outros valores

(valores estéticos, emotivos, pragmáticos e éticos). Isso faz com que o AGI e demais Arquivos  
Aldabalde, Taiguara Villela, Cid, Rodrigo Lastra. Arquivo Paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.14, no.4, set.-dez. 2020 e020010 DOI 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.9987

com o mesmo viés atendam uma elite de pesquisadores, sob um regime restritivo em termos informacionais. Já o AP deve separar os diferentes graus de acessibilidade dos arquivos, por meio digital e por meio físico, além de fazer a identificação entre os grupos de públicos e os grupos de usuários considerando interesses plurais, inclusive artísticos ou contemplativos (com base na fruição dos documentos por seus valores estéticos e emotivos, por exemplo).

A ideia de acessibilidade controlada para ambientes controlados no interior do Arquivo não é um fechamento dos Arquivos, mas a proteção de documentos de maneira que quanto mais confidencial e/ou frágil um arquivo é, mais protegido ele deve ser e mais restrito deve ser seu acesso. Entretanto, o mesmo não vale para o espaço de mediação cultural, de modo que serviços educativos e culturais seriam ofertados regularmente para os interessados, sendo facultado, nessa área e para esses usuários, os usos com base valores diversos (estéticos, emotivos, éticos etc.) dos arquivos. Assim, o AP é composto de diversos níveis ou camadas de proteção e segurança, ao mesmo tempo em que atenta para os diferentes objetivos de seus usuários quanto à fruição, qualificada por valores, com respeito às diversidades dos fruidores.

Quando um documento é levado ao encontro dos públicos e/ou usuários, inverte-se a lógica de que os arquivos são apenas reservados para os investigadores e passa-se a aumentar a acessibilidade. Por verter aos arquivos direções mais amigáveis e utilizáveis para múltiplas perspectivas de fruições é possível afirmar que um Arquivo pode ser mais ou menos próximo da democratização cultural. Neste sentido há práticas de mediação cultural que aproximam o Arquivo dos públicos democratizando os próprios Arquivos com interface amigável. Um exemplo disto é a exposição designada “*The Longest Voyage: The First Journey Around the World*” (2019-2020); esta é ostensiva, gratuita, aberta, e extensiva em termos de conteúdos apresentados, ao mesmo tempo sendo apreciável em seu viés estético (não-cognitivo) e expressando um de seus usos dos valores cognitivos, apontados em Meneses (2010).

Entende-se aqui que o usuário é aquele que realiza o uso sendo o leitor ou aquele que estabelece uma relação sujeito-documento com fins determinados. O público é o conjunto que usufrui da estrutura do Arquivo com presença do documento (ou não, vide uma representação de um documento) ligando-se a um serviço (educativo ou não) que permite a fruição cultural.

Dessa forma, os usos não-restritamente cognitivos devem ser garantidos em um exemplar do AP, pois os artistas, os religiosos, os historiadores da arte, e outros tipos de públicos sensíveis ao apelo estético de época, devem ser incluídos no alto grau da usabilidade, como um aspecto a ser observado na acessibilidade. A fim de não perder a sua razão de ser, um exemplar que instancie as propriedades do AP deve, no campo das funções de difusão, da comunicação, e, da mediação cultural e da informação, abarcar estímulos ao próprio uso, para valorização do acervo, do espaço real de mediação, ao seu reconhecimento não apenas como estoque informacional, mas como um produto da cultura a ser explorado ou posto em uso também pela sua estética (e por outros usos não cognitivos e cognitivos).

Uma vez que um uso não exclui o outro, os Arquivos devem ofertar atividades para propiciar os usos não restritamente cognitivos e estimular o próprio uso cognitivo dos arquivos (por exemplo, a beleza de uma iluminura em um documento em exposição como uma forma fluida ou de uma forma estática arquitetônica inscrita no prédio do Arquivo pode e deve atrair o público). A atratividade ao público pode, por exemplo, resultar em uma fruição estética contemplativa e também no seu conhecimento racional. Esse deve deixá-la ainda mais bela, o que torna a fruição mais completa.

Esses estímulos devem levar em conta as possibilidades, tais como o caráter interativo, aproximativo e participativo das práticas de mediação cultural. As exposições, por exemplo, podem ser voltadas tanto aos públicos quanto aos usuários. No primeiro caso, há uma liberdade maior de fruição, ao passo que no segundo, um usuário com perfil *expert* poderá ter uma leitura paleográfica, fazendo tanto uso estético quanto cognitivo, aprofundando-se nos dados registrados em um documento exposto.

Há, portanto, duas realidades, que convivem em paralelo: um paradigma epistêmico no qual a custódia é fechada ou restrita a um determinado público de investigadores ou leitores, ao passo que, em uma direção mais democrática, há a custódia aberta aos públicos, nas práticas de mediação cultural. Para ambas, a propriedade ainda é universalmente a mesma: a acessibilidade. Essa depende, nesse aspecto, também, como exposto, da usabilidade e da publicidade.

Um exemplo de prática de mediação cultural encontra-se no *The Archive for Research in Archetypal Symbolism*, porque esse Arquivo permite que usuários e públicos realizem produções culturais a partir de seu acervo, inclusive artísticas que ficam em expostas no próprio Arquivo. Há na ambiência digital, registros de convites ao público jovem para a participação em práticas de mediação cultural com viés educativo no sítio cujo endereço corresponde ao seguinte domínio: [aras.org/about/education](http://aras.org/about/education).

Há Arquivos nas forças policiais, nas Forças Armadas, na inteligência e em determinadas instituições que existem somente para acesso restrito. Por isso, para manter o acesso controlado aos fundos, precisa-se sustentar uma estrutura que seja durável, o que nos leva de volta à propriedade essencial da durabilidade: a construção de Arquivo (*archival building*) tem de ser durável e resistente ao tempo, aos fenômenos naturais, aos fenômenos sociais, como guerras e mudanças governamentais, e a todo tipo de contingência.

Aponta-se que a durabilidade é imbrincada com a usabilidade já que a matéria dos Arquivos e os próprios Arquivos devem ser mantidos também para utilização permanente (uso de guarda permanente). Considerando estas coisas, a demanda por um documento administrativo, legal ou histórico, pode ocorrer a qualquer tempo com diferentes intensidades. Um caso exemplar é a requisição ao Arquivo Histórico do Itamaraty, pois de tempos em tempos a imprensa pode provocar interessados nos mapas de territórios ou nos registros de terras implicados em relações bélicas ou em outros documentos. Então, um arquivo adequado ao modelo AP é algo que existe para ser duradouro em um longuíssimo prazo.

É também por isso que o AP deve ser apto a custodiar documentos, dados e informações indefinidamente, permanentemente atualizando e preservando os sistemas computacionais, sua biblioteca de apoio, seu museu e unidades de informação, conforme o aprimoramento das tecnologias. Neste sentido, cabe destacar que há Museus de Arquivos vide o *National Archives Museum* (Estados Unidos) e o *Musée des Archives Nationales*, e que esses museus aumentam a acessibilidade do Arquivo, por serem amigáveis e convidativos com potencial para facilitar os usos dos arquivos como bens culturais com valores cognitivos e não-cognitivos (valores estéticos, por exemplo).

Sobre a questão do espaço museal, em termos objetivos, o *Stasi-Archiv* (Berlim, Alemanha) divide integralmente o seu espaço com o Museu da Stasi, o que permite afirmar que há convergências concretas. Neste seguimento há Arquivos de Museus que podem ser considerados tais como: *Museum Archives (The Metropolitan Museum of Art Archives*, Estados Unidos), *Hermitage Museum Archives* (Rússia), *The Museum Archives* (Suécia). Aliás, o primeiro Arquivo da civilização ocidental, o *Tabularium* (78 a. C.), acha-se em um sítio arqueológico acessível por meio do Museu Capitolino (Roma). Por isso, reforça-se que não se trata de uma aproximação interdisciplinar hipotética, mas de um campo de convergências práticas. Outrossim, o *Nietzsche-Archiv* (Weimar) é um exemplo de Arquivo com espaços museais inseridos em suas institucionalidades.

Em respeito à durabilidade, cabe indagar: deve um exemplar do AP se utilizar de estruturas monumentais como palácios? Não necessariamente; o importante é que a estrutura seja perdurável e resistente. Há uma relação entre a duração de uso de um prédio arquivístico (*archival building*) e uma instituição de custódia de fundos (*Archive*), pois para a instituição arquivística existir ou estar no mundo, é necessário que tenha uma base física no tempo e no espaço duradoura.

Tal duração de uso de um prédio está necessariamente associada à ideia de um espaço requisitado, porém ocorre que podem existir Arquivos que possuem mais de um prédio como é o caso estudado (o AGI). Assim uma instituição acha-se em mais de um prédio arquivístico (*archival building*), portanto o tempo de uso do novo do *La Cilla* é menor do que a existência do próprio AGI (se faz uso da instituição há mais tempo do que do prédio).

Este também o caso da nova sede do Arquivo Nacional da França que preserva antigos palacetes que já foram sua sede. Em ambos os casos, o tempo de uso institucional, ou seja, o tempo de uso do Arquivo como instituição existente, é superior ao uso de prédios ou instalações temporariamente destinadas (que ampliaram e mudaram ao decorrer dos anos), para a realização de uma ou outra operação arquivística como o armazenamento, por exemplo. Subir o nível de durabilidade envolve aumentar a durabilidade institucional e aumentar a durabilidade de sua base física. O Arquivo Paradigmático é durável maximamente tanto no seu caráter institucional quanto em sua base física.

Não é impossível encontrar Arquivos que aluguem galpões para isso, por não possuírem construções apropriadas, como o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Ambos previam novas sedes. O primeiro já realizou sua mudança, de modo que a antiga sede está entregue ao abandono. Nesse caso, o APERJ mudou seu espaço físico, pela sua durabilidade física estar reduzida e comprometida, mas manteve sua durabilidade institucional.

Complementarmente a Gonzalvo e F. Gonzalvo (1977), ao voltar-se para os registros fotográficos que capturam os usos institucionais do AGI é possível observar a existência de formas internas que não são fixas ao prédio, mas que existem em função de práticas arquivísticas para permanecerem no espaço de custódia, se tratam de pastas, caixas, unidades de acondicionamento, documentação como Catálogos de *Pasajeros a Indias* e outros documentos classificados com base em organização serial tipológica, vide, por exemplo, das séries intituladas "Acuerdos y mandamientos", "Asientos y contratas", "Autos", "Avisos", "Bulas, Papel Sellado y azogues", "Actas de juntas y acuerdos del Consulado", "Antecedentes del arrendamiento y compra de la casa consular", "Documentos sobre la flota del general Luis Alfonso Flores", "Aranceles.", "Aranceles y derechos a percibir por el Consulado sobre mercancías y rentas." "Cartas", "Cartas de pago y recibos", "Papeles de Asientos de Negros", dentre outras séries documentais dos fundos da "Casa de la Contratación", "Consulados", do "Banco de Pedro de la Torre", da "Contaduría".

É preciso apontar que a forma de uma estante que conserva seu design do século XVIII, não se trata de qualquer forma aleatória, mas de uma forma estruturante (forma que estrutura), porque as formas passam a ter determinados contornos para atender determinadas funções como a custódia cumulativa dos documentos formados nos Arquivos, vide que os arquivos permanentes que são preservados em formas retas para preservação. Uma estante com forma torta, não seria adequada ao acondicionamento, portanto sua forma retangular (reta) é relevante e não escapa a análise.

As formas dos espaços arquivísticos confirmam exatamente isso, ao terem espaços e estruturas reservadas tanto para práticas relativas à acessibilidade (práticas de mediação cultural, por exemplo) quanto para as práticas arquivísticas técnicas. Isso se expressa na forma

Aldabalde, Taiguara Villela, Cid, Rodrigo Lastra. Arquivo Paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.14, no.4, set.-dez. 2020 e020010 DOI 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.9987

arquitetônica dos prédios de Arquivo e na própria estrutura organizacional em seu interior. As formas refletem a propriedade ligada com as diversas práticas de uma instância do Arquivo Paradigmático, constituindo sua a praticabilidade (*practicality*).

Em o que consiste esta dita “praticabilidade”? É próprio de um Arquivo que nele ocorram práticas para mantê-lo, pois sem tais práticas um conjunto de arquivos, ainda que num prédio durável e acessível, não seria um Arquivo, mas somente uma sala aberta com documentos. O *Tabularium* é um exemplo de que, ao cessarem as práticas arquivísticas, desativou-se o Arquivo, sendo hoje apenas mais um monumento a ser acessado por meio de um museu. Assim, perdeu-se uma das propriedades universais dos Arquivos, a praticabilidade, de modo que por isso não se trata mais de um Arquivo. Com isso o grau máximo da praticabilidade refere-se aos Arquivos terem as condições de realizar todas as suas práticas arquivísticas com excelência.

Quão maior for a capacidade de um Arquivo de facilitar as práticas arquivísticas em seu interior, mais praticabilidade ele terá. O Arquivo Paradigmático é maximamente praticável, isto é, nele, todas as práticas arquivísticas são realizadas com excelência. Mas o que são práticas arquivísticas?

É relevante destacar algumas dessas práticas essencialmente arquivísticas, isto é: controle da documentação, inventariamento de itens dos fundos, gestão de documentos, controle da linguagem, organização do acervo, digitalização, curadoria digital, serviços reprográficos, difusão na web, realização de práticas de mediação cultural, criação de dispositivos interativos de mediação da informação, preservação, conservação, restauração, dentre outras abordadas mais adiante.

Tais práticas podem produzir indicadores sobre esta propriedade, pois quanto melhores as condições para praticar e quanto mais práticas arquivísticas forem realizadas, tanto mais alta a sua praticabilidade. Um bom Arquivo, ou, um exemplar do AP, não deixa de realizar todas as práticas arquivísticas necessárias tanto para o cuidado do acervo, quanto para o benefício dos usuários autorizados.

A propósito, a natureza do Arquivo é eminentemente pragmática e não é por mero acaso que a tradição arquivística tem, ao decorrer do tempo, se alicerçado sobre manuais e outros

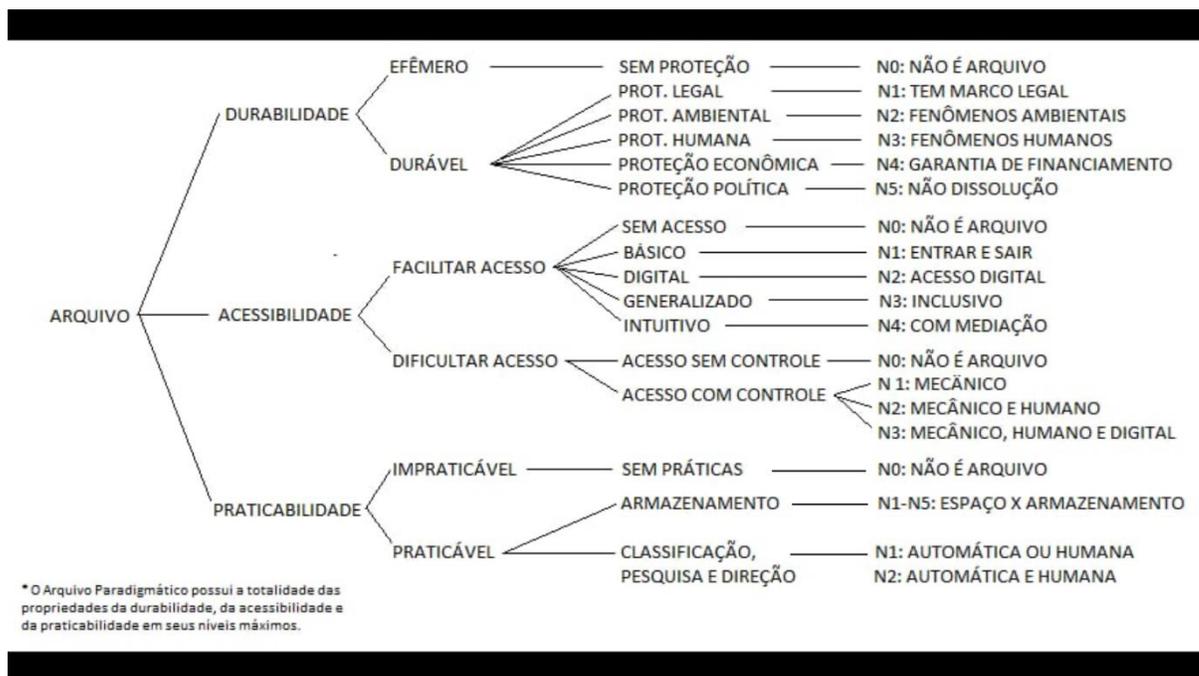
documentos que buscam transmitir um como fazer ou como realizar (*know-how*) uma prática especializada. Somado a isso, os Arquivos são prestadores de serviços arquivísticos e dependem de processos informacionais, documentais e arquivísticos. Por conseguinte, os Arquivos são Arquivos porque realizam certas práticas que as permitem realizar sua razão de ser.

Por mais higienizado, organizado, acessível e duradouro que seja o ambiente de um Arquivo, ao se tornar impossível de se realizarem as práticas arquivísticas, ele perde uma de suas propriedades essenciais indicada na Figura 1 e deixa de ser um Arquivo, seja ao pensar na praticabilidade arquivística de tratamento do material ou no uso prático do seu material ou espaço. Com efeito, não pode existir Arquivo não-praticável e, se tal coisa existe, deixou de ser um Arquivo e talvez seja, no máximo, um depósito abandonado ou qualquer outra coisa.

Em termos de estrutura predial no sentido vertical e os espaços de práticas arquivísticas, Beck (2000) demarca o seguinte no capítulo denominado “Funções”: os andares inferiores são mais adequados para custódia sendo o chamado “andar térreo” aquele mais adequado para a preservação de materiais típicos dos arquivos permanentes, isto é: papéis, filmes, discos e fitas magnéticas. É precisamente nesta área que se acham estantes e uma parte do AGI não autorizada ao público.

A autora apresenta que deva existir espaços para áreas de trabalho notadamente as seguintes atividades: recepção, seleção, triagem, desinfestação, conservação, encadernação, fotografia, microfilmagem, manutenção das instalações e segurança (proteção contra danos causados por fogo, água, roubo ou/e vandalismo).

Figura 1 – Esquema ontológico das propriedades essenciais das instituições arquivísticas e as gradações



Fonte: Autoria

Como dito, para satisfazer as funções dos Arquivos com o devido fundamento, todo Arquivo tem de ter espaços praticáveis, como as salas da direção e de gerenciamento designadas como gabinetes em Beck (2000), outro espaço para a descrição dos documentos (inventariamento, catalogação, indexação, dentre outras práticas descritivas) denominada por “áreas reservadas” por Beck (2000) destinadas ao processamento técnico. Quão melhor é a disposição interna e a organização do Arquivo para realizar suas práticas, maior sua praticabilidade.

A intervenção em *La Cilla*, do AGI, por exemplo, teve em vista os seguintes três principais objetivos: 1º) ampliar o espaço de mediação cultural acessível ao público, criando circuitos de visitas independentes para aqueles que eram considerados não-pesquisadores (ou seja, os públicos considerados não-usuários); 2º) ampliar a oferta de serviços aos novos usos da estrutura da *Cilla* e comunicar-se com a *Lonja*, sede monumental do AGI, por um túnel subterrâneo que atravessa a rua Santo Tomás, e também alberga a partir de então a maior parte dos fundos, bem como a sala de consulta reservada aos investigadores (para o uso

predominantemente cognitivo); 3º) recuperar a claridade em torno da escadaria (Alcaide 2005). Grande parte desses objetivos, podemos notar, implica um aumento da praticabilidade. Melhorar um Arquivo é aproximá-lo do Arquivo Paradigmático (concebido de acordo com a Figura 2).

Em relação à praticabilidade, pode-se associar ao uso institucional do Arquivo, considerando para fins meramente ilustrativos, a seguinte distribuição e a disposição espacial das salas, dadas as múltiplas funcionalidades que são comportadas na praticabilidade de um exemplar do Arquivo Paradigmático.

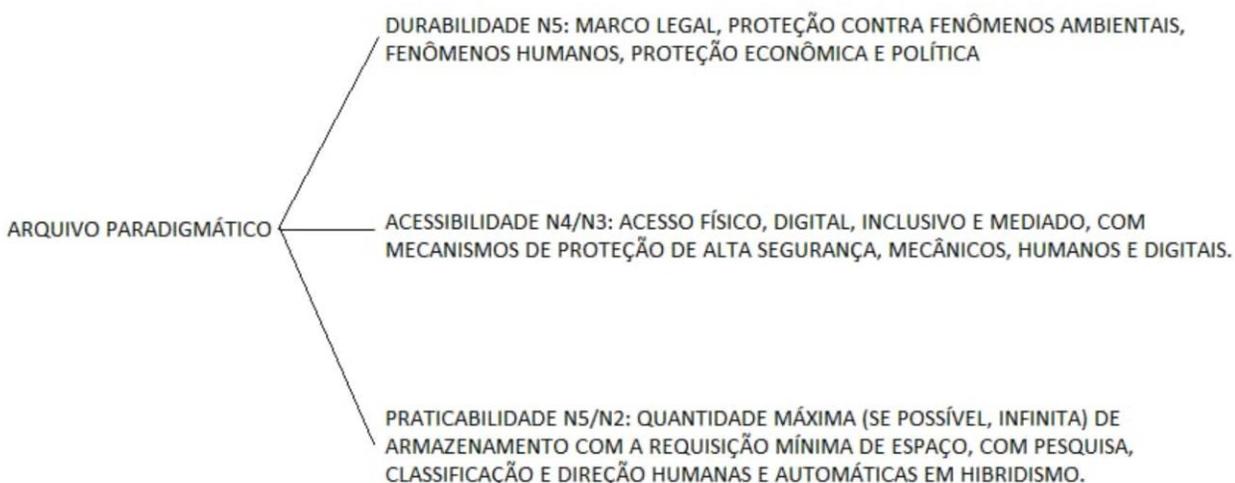
Em primeiro lugar, em relação às práticas arquivísticas externas, precisa-se de: um átrio para recepção humana, segura e automatizada, com armários para a guarda de objetos pessoais e outros protocolos de segurança; uma antessala para entrevista, serviço de referência e credenciamento; uma sala de atendimento e acesso ao material (aos usuários); um *bureau* de digitalização, serviços reprográficos e dispositivos de replicação em rede (aos usuários); um espaço educativo; equipamentos culturais integrados para práticas de mediação cultural, vide auditório, sala de teatro, salas de cinema, espaços exposicionais; um centro de comunicação, arquitetura da informação e difusão institucional, para representações em mídias; ambiente para atendimentos online, plataforma digital, serviços de pesquisa na web e mediação da informação; laboratório de informática; laboratórios de treinamentos, pesquisa e extensão (aos públicos e usuários); um centro de mediação e produção do conhecimento; um centro de produções culturais, edições e infoprodutos; salas de acesso aos arquivos especiais.

Em segundo lugar, com relação às práticas internas arquivísticas, um exemplar do Arquivo Paradigmático possui: um galpão para a custódia de fundos com dispositivos de preservação e conservação da materialidade dos itens; uma sala do tesouro documental (documentos reconhecidos como patrimônio internacional e de altíssimo valor devido à raridade do material empregado); salas com equipamentos de ponta para acervos especiais (mapas de época em grandes proporções, registros fílmicos em rolos de película, documentos sonoros em fitas magnéticas, dentre outros); um laboratório de restauração de documentos; ambientes de trabalho aos coordenadores de laboratórios, unidades, profissionais técnicos especializados, monitores, estagiários, chefias de núcleos e diretores dos centros; um núcleo de processamento técnico para a identificação, classificação, arranjo e descrição de séries, fundos e documentos;

Aldabalde, Taiguara Villela, Cid, Rodrigo Lastra. Arquivo Paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.14, no.4, set.-dez. 2020 e020010 DOI 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.9987

um gabinete da chefia de extensão e eventos; cabines de segurança; um centro de gestão de documentos para recepção, aquisição, controle da produção documental e orientação em execução de políticas de gestão documental; um núcleo da controladoria de documentos (*document controller office*), auditoria arquivística, monitoramento, manutenção e fiscalização do patrimônio documental; um núcleo de tecnologias da informação, cybersegurança e preservação de documentos digitais; uma unidade de segurança preventiva e de procedimentos de emergência; e um gabinete da direção geral.

Figura 2 – Arquivo Paradigmático e as propriedades arquivísticas universais por n gradação



Fonte: Autoria

É possível analisar ponto a ponto das divisões funcionais apresentadas, mas não há espaço para esgotar os pontos acima elencados. Um exemplar do Arquivo Paradigmático possui praticabilidade o suficiente para garantir todas essas práticas e talvez outras, contudo a tarefa de estabelecer quais são as categorias mais gerais em que essas práticas se inserem é uma tarefa para uma futura calibragem do modelo AP, caso ele seja considerado um bom modelo ideal para almejar-se conforme as propriedades e noções de gradações.

A literatura nacional possui obras referenciais que tratam de estruturas mínimas para um Arquivo. Uma delas refere-se ao texto de Beck (2000) publicado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), como recomendações sobre a construção de um Arquivo, indicando ideias de proporcionalidade com um modelo implícito de modo que os espaços aos usos institucionais dos Arquivos devem ser compostos por uma tríade: a área destinada ao público, a parte administrativa (parcialmente aberta) e a zona de reserva técnica salvaguardada aos operadores do processamento arquivístico.

Para a autora, atender ao público significa realizar não somente a consulta para fins de pesquisa como também inclui as atividades culturais e educativas. No capítulo denominado “Função”, a autora estima a seguinte fração ao espaço da construção de um Arquivo: 60% à custódia da reserva técnica, 25% para a área de atividades com o público e 15% ao processamento técnico-administrativo. Se essas são de fato as porcentagens que um exemplar do Arquivo Paradigmático segue, também se deixa a resposta para uma investigação posterior. O importante é notar que a praticabilidade é uma propriedade essencial para ter-se as condições mínimas de um Arquivo.

No contexto brasileiro e provavelmente internacionalmente, não há exemplares perfeitos do Arquivo Paradigmático, mas somente imperfeitos, que satisfazem pelo menos a definição de Arquivo como uma instituição com a função de custodiar arquivos, que mantém a acessibilidade dos arquivos (autorizada), sua durabilidade e a praticabilidade arquivística, mas que não apresentam essas propriedades em seu grau máximo. Embora o Arquivo dos Arquivos – o Arquivo Paradigmático – ainda não exista na realidade, o caminho que devemos seguir em criações, reformas e aprimoramentos de Arquivos deve, ao menos ao bem das boas práticas de gestão, ser em direção a ele.

Assim, pode-se afirmar que as propriedades do AP são universais, ao passo que o grau dessas propriedades que cada Arquivo possui é variável e, como não atingem a perfeição nas três propriedades, não são exemplos perfeitos do AP. Com a finalidade ilustrativa e de confirmação empírica das nossas reflexões a priori, explorou-se um Arquivo nacional espanhol que custodia arquivos permanentes e que possui todas as propriedades que são indicadas como essenciais para um Arquivo, sem embargo não em seu grau máximo.

## 5 Conclusões

---

De modo resumido, ao pensar sobre as propriedades universais dos Arquivos, identificou-se ao menos três: 1. Acessibilidade (*Accessibility*) com usabilidade e publicidade; 2 Durabilidade (*Durability*); 3. Praticabilidade (*Practicality*). Indicou-se também que essas propriedades podem se apresentar em vários graus, desde seu nível mínimo (nível que, se reduzido, descaracterizaria um Arquivo) até o seu nível máximo (com a perfeição da propriedade). É debatível se o grau máximo das propriedades aqui apresentadas é alcançável, mas persegui-lo vai tornar mais próximos os Arquivos reais do Arquivo ideal, o mais perfeito possível que um Arquivo pode ser.

Com isso permite-se distinguir o que é um Arquivo do que não é um Arquivo e também o que é um Arquivo com as propriedades em nível máximo, ou seja, um exemplar do Arquivo Paradigmático. Isso porque um  $x$  é um Arquivo se e somente se,  $x$  possui em algum nível mínimo as propriedades da acessibilidade, da durabilidade e da praticabilidade.

Já em relação ao ideal, Arquivo  $X$  é um exemplar do Arquivo Paradigmático se e somente se, um Arquivo  $X$  possuir no nível máximo todas as propriedades da acessibilidade, da durabilidade, e da praticabilidade. Como apontado, a tarefa de desenvolver uma escala ou sistema de medição destas propriedades é tarefa futura, para a agenda de pesquisa.

Constatou-se que um Arquivo é um tipo de instituição de custódia existente em uma ontologia que pode ser abordada interdisciplinarmente no âmbito da CI e da subárea Arquivologia, não só por suas formas materiais, mas também pelo objetivo funcional vinculado a forma, fundamentalmente delineada por funções relativas à matéria (*fonds*) e aos usuários.

O AGI foi considerado um exemplar de Arquivo, tendo todas as propriedades essenciais de um Arquivo, mas também mostrou espaço para ser aperfeiçoado em relação ao Arquivo Paradigmático, já que não possui o nível máximo das propriedades apresentadas. Apontou-se também outros Arquivos, com a intenção de apresentar os diferentes níveis das propriedades que cada um deles possui.

Com esta proposta, não se buscou uma resposta absoluta sobre qual é a natureza dos Arquivos, mas introduzir um tema relevante para a Ontologia dos Arquivos, deixando em aberto

a criação de uma escala numérica para tais propriedades. A indicação de que elas se dividem em mais ou menos perfeitas evidencia que é possível estabelecer tal escala. Tentou-se aqui apresentar alguns dos fatores que contribuiriam para a criação da mesma.

Conclui-se também que todos os Arquivos possuem formas indispensáveis tais como as estruturas em ambiências urbanas e/ou digitais, pois que tais formas são estabelecidas por funcionalidades necessárias. A construção arquivística (*archival building*) do AGI é um exemplo disto, visto que foi adaptado para as funções devidas a um Arquivo, tornando-se uma estrutura predial modificada. Isso não incluiu apenas a escadaria, como também o novo delineamento de suas plantas altas e baixas, a fim de custodiar o material em estantes, caixas, e outros objetos que existem, neste caso, ao acondicionamento e ao armazenamento (práticas arquivísticas).

Em termos de impactos sociais do modelo AP, considera-se que o conhecimento sobre as propriedades universais dos Arquivos e sobre o caminho para a perfeição das mesmas pode ser aplicado em políticas públicas e privadas para institucionalização, construção de edifícios de Arquivo (*archival buildings*), fundação, reparos pontuais, implantação, reformas amplas, adaptações, criação de novos espaços, reestruturações funcionais, intervenções, design de novos produtos ou serviços de arquivo com propriedades arquivísticas (*archival properties*) e usos institucionais do Arquivo.

Soma-se a isso, a aplicação do modelo AP como referência poder levar a uma escala de desempenho de Arquivos públicos e privados. Além disso, no campo de políticas públicas educacionais, o reconhecimento de um modelo universal de Arquivo como paradigma ontológico (modelo de objeto universalmente conhecido) pode implicar na harmonia e também na unidade dos currículos educacionais dos profissionais em Ciência da Informação e Arquivologia.

## Referências

---

Alcaide, Antonio. “Rehabilitación y ampliación del Archivo de Indias.”. Organizado por María. Albajar. *La Casa Lonja de Sevilla: una casa de ricos tesoros*. Archivo General de Indias, 2005, pp 63-77.

---

Aldabalde, Taiguara Villela, Cid, Rodrigo Lastra. Arquivo Paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.14, no.4, set.-dez. 2020 e020010 DOI 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.9987

- Aparac-Jelušić, Tatjana. "The Convergence Paradigm as the Basis for the Design of New Programs in the Field of the Information Sciences." *Annual Review of Cultural Heritage Informatics*. Edited by Jennifer Arns. Rowman & Littlefield, 2016 pp.42-68
- Araújo, Carlos Alberto Ávila. "Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas." *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 31, 2011, pp.110-130  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n31p110/17765>  
 Acessado 1 jul. 2020.
- Beck, Ingrid. *Recomendações para construção de Arquivos*. Câmara Técnica de Conservação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos, 2000.  
[http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/recomendaes\\_para\\_construo\\_de\\_arquivos.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf)  
 Acessado 1 jul. 2020.
- Beck, Ingrid. *O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional*. 2006. Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Dissertação de Mestrado.
- Bellotto, Heloísa. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. Associação de Arquivistas de São Paulo. 2002.
- Bothe, Alina. *Meeting Survivors Online: Negotiating Memory in the Virtual In-Between*. USC Shoah Foundation. 2016. <https://sfi.usc.edu/events/meeting-survivors-online-negotiating-memory-%E2%80%9Cvirtual-between%E2%80%9D> Acessado 07 abr. 2020.
- Carlin, David and Laurene, Vaughan. *Performing Digital: Multiple Perspectives on a Living Archive*. Routledge, 2016.
- Couture, Carol et al. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Presses de l'Université du Québec. 2011.
- Figueiredo, Rodrigo Alexandre de. *Uma caracterização das noções de particulares e universais*, 2017. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de doutorado.
- Gonzalvo, Ana and Francisca, Gonzalvo. *Archivo General de Indias de Sevilla: bóvedas en escalera principal*. Original datiloscrito. 1977.
- Gracy, David et al. "Where Function Meets Form: Observations And Thoughts On Housing For The Archival Enterprise." *Provenance: Journal of the Society of Georgia Archivists*, vol.18, no.1, 2000,

pp 105-154. <https://digitalcommons.kennesaw.edu/provenance/vol18/iss1/9/>. Acessado em: 08 jan. 2020.

Heredia Herrera, Antonia. “Gestión de documentos y administración de archivos” *Revista Códice* vol. 4 no. 2, Jul.-Dez. 2008, pp. 43-50

Meneses, Ulpiano. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. *Anais do Fórum nacional de patrimônio cultural*. Iphan, 2010. <https://bit.ly/2pAsqTX>. Acessado em: 7 jan. 2020.

Rosa, Maria de Lurdes (Org.) *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Instituto de Estudos Medievais, 2012.

Trant, Jennifer. “Emerging Convergence? Thoughts on museums, archives, libraries and professional training.” *Museum Management and Curatorship*, vol. 24, no. 4, pp. 369-386, 2009. Acessado 29 mar. 2020.

Valenti, Filippo. *Nozione di base per un'Archivistica come euristica delle fonti documentarie*. Ministero per i Beni e le Attività Culturali Ufficio centrale per i Beni Archivistici, pubblicazioni degli Archivi di Stato n.57, 2000.

Venâncio, Renato Pinto. Ser e não ser: as relações históricas entre arquivologia e ciência da informação. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*. v.11, no.4. 2017. pp 23-32.

---

Copyright: © 2020 Aldabalde, Taiguara Villela, Cid, Rodrigo Lastra. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

---

Recived: 2020-03-29

Accepted: 2020-09-07